

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovani. Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha, 2010.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil resgata mais de mil pessoas de trabalho escravo em 2015. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-01/brasil-resgata-mais-de-mil-trabalhadores-de-condicoes-analogas>>. Acesso em: 22 de agosto de 2019;

BORGES, Paulo César Corrêa. Panorama da legislação de combate ao trabalho escravo na América do Sul. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Coord.). Formas contemporâneas de trabalho escravo. São Paulo: NETPDH, Cultura Acadêmica, 2015. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador: Manual de gestão e gerenciamento. São Paulo: Hemeroteca Sindical Brasileira; 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2º Plano Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae/direitos-assegurados/pdfs/pnete-2.>> Acesso em: 26 agosto 2019.

BRASIL. Secretaria de Especial de Direitos Humanos (SEDH). Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília: 2010.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do tratamento decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Dilemas da Erradicação do Trabalho Forçado no Brasil. VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 2005.

CANCELA, Ana Giselle Ribeiro et al. As Especificidades do Fenômeno do Tráfico de Pessoas no estado do Pará: Análise crítica da atuação da Coordenadoria de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo. In. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, UFMA, agosto de 2015, p. 13.

CAVALCANTI, Tiago Muniz, Coordenador. Combate ao trabalho escravo: conquistas, estratégias e desafios. São Paulo: LTr, 2017.

CICONELLO, Alexandre; PIVATTO, Luciana & FRIGO, Darci. Programa Nacional de Direitos Humanos: efetivar direitos e combater as desigualdades. In: In: Revista Direitos Humanos, nº 04. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. p.06-12.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil. OIT, 2010. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=447>

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, C. R. C. A intersectorialidade nas políticas sociais públicas. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015, Santa Cruz do Sul. XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. v. 1. p. 1-17.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. UNESCO. Brasília. 1998.

DEMO, Pedro. Pobreza Política: A pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Pedro Demo – Campinas. SP: Armazem do Ipe. (Autores Associados). 2006.

FIRME, Telma Barros Penna. O CASO JOSÉ PEREIRA: A Responsabilização do Brasil por Violação de Direitos Humanos em Relação ao Trabalho Escravo. Centro Universitário de Brasília. BRASÍLIA. 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Jeanete da Silva, RIBEIRO, Milton. A POLÍTICA DE COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS NO PARÁ: HISTÓRICO, TRAJETÓRIA E ATENDIMENTOS. Belém, 2015.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. A Construção Histórico – Sociológica dos Direitos Humanos. ORG & DEMO, Marília, v. 11, nº 2, p. 95-112, jul./dez, 2010.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, USP, v. 6, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v6n2/05.pdf> Acesso em: 17/08/2019.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2004. Disponível em: www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7105/8577 Acesso em: 17/08/2019.

LEÃO, L. H. C. Significados do trabalho escravo contemporâneo no Norte Fluminense: Implicações para a vigilância em saúde do trabalhador. In: Ricardo Resende Figueiras, Adonia Antunes Prado, Edna Maria Galvão, Valena Jacob Chaves Mesquita. (Org.). Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2018, v. 1, p. 281-298.

LEÃO, L. H. C. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva (Online)*, v. 21, p. 3927-3936, 2016.

LYRA, Alexandre Rodrigo T. da C, o enfrentamento ao trabalho análogo de escravo. estudos avançados on line. V28, P 213-217 2014.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/06.pdf> Acesso em 14/08/2019.

OIT. Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

REPÓRTER BRASIL. Escravo, nem pensar: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. 2. ed. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.

REPÓRTER BRASIL. Perguntas e respostas sobre trabalho escravo, 2016. Disponível em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/conteudo/tres-mentiras-sobre-o-trabalho-escravo>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

CONATRAE, 10 anos de CONATRAE. Secretaria de Direitos Humanos da presidência da república. Brasília, 2013.

SILVA, Fabricia Carvalho da. O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO NA AMAZÔNIA MARANHENSE: uma análise da atuação do CDVDH\CB no município de Açailândia-Ma. Mestrado em Serviço Social. Belém, UFPA, 2013.